



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

“Live in the Borderlands”: the identity as Transit

Sofia Maria do Carmo Nicolau¹

Steffane Pereira Santos²

Resumo: O presente trabalho visa explorar de maneira crítica a ideia da identidade como algo fixo, através das metáforas dos trânsitos e das fronteiras, sejam elas do estado-nação, das dinâmicas culturais, de raça, gênero e outros campos construídos a partir de processos sócio-históricos. Acreditamos na potencialidade de pensar em termos de fluxos, relações, devires e trânsitos para, dessa forma, compreender as identidades dentro de determinados discursos e relações de poder. A partir disso, acionamos autores como Avtar Brah, Lélia Gonzalez, Achille Mbembe, Stuart Hall e Guacira Louro, em revisão bibliográfica, para abordar as formas pelas quais o estar em trânsito fornece mecanismos para a compreensão dos processos de reificação de identidades; estabelecimento de opressões e a possibilidade de romper com essas mesmas opressões que operam na e pela constituição de fronteiras.

Palavras-chave: Fronteiras. Identidades. Gênero. Interseccionalidade.

Abstract: This paper aims to critically explore the concept of identity, or, to be more precisely, the understanding of identity through the transits. In this sense, we acknowledge the importance of reconsidering the fixed nature attributed to borders, whether they are of the nation-state, cultural dynamics, race, gender, and other fields constructed by socio-historical processes. We believe in the potentiality of thinking in terms of flows, relationships, becoming, and transits to comprehend identities within certain discourses and power relations. In this context, we draw upon authors such as Avtar Brah, Lélia Gonzalez, Achille Mbembe, Stuart Hall, and Guacira Louro to address the ways in which being in transit provides mechanisms for understanding the processes of reification of identities and experiences and the establishment of oppressions and the possibility of breaking with these oppressions that are established and operated in and through the constitution of borders.

Keywords: Border. Identities. Gender. Intersectionality.

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. ORCID: [0000-0003-2478-0526](https://orcid.org/0000-0003-2478-0526). E-mail: sofiacarmo@usp.br.

² Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. ORCID: [0000-0002-6457-7517](https://orcid.org/0000-0002-6457-7517). E-mail: steffanespereira@gmail.com.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

Introdução

En la Frontera
tú eres el campo de batalla
donde los enemigos están emparentados entre sí;
tú estás en casa, una extraña,
las disputas de límites han sido dirimidas
el estampido de los disparos ha hecho trizas la tregua
estás herida, perdida en acción
muerta, resistiendo³
Gloria Anzaldúa, 1987

O objetivo do presente ensaio é explorar de maneira crítica a ideia de identidade como algo fixo e imutável. Para isso acionamos de um lado a metáfora dos trânsitos; deslocamentos físicos, mas sobretudo simbólicos, que confundem, embaralham e tensionam as fronteiras instituídas pelos mecanismos de opressão. De outro lado também elaboramos acerca das fronteiras; isto é demarcações sociais e simbólicas que delimitam o que está dentro e fora e, portanto, demarcam a exclusão através da raça, do gênero, da sexualidade e da nacionalidade. Argumentamos que tais marcadores sociais se originam e reverberam materialmente de formas semelhantes na vida social.

Com vistas a alcançar os objetivos propostos, realizamos uma revisão de literatura com autores que elaboram acerca das identidades, trânsitos, fronteiras e diferentes formas de estabelecimento de opressão que derivam de marcadores sociais da diferença, bem como as possibilidades de subvertê-las. Realizamos, portanto, um exercício de retomada do trânsito, da ruptura e do hiato em obras e artigos que fornecem uma abertura para repensar as identidades sociais. Partindo não apenas, mas sobretudo dos lugares de mulheres negras e outros grupos sociais que vivem na fronteiras entre diferentes marcadores sociais. Assim, dialogamos com autores que fornecem aberturas conceituais para se pensar as experiências, suas intersecções e potencialidades de rupturas com a matriz de dominação⁴ vigente (Collins, 2019).

Em um primeiro momento, definimos os conceitos explorados através da revisão da literatura; tensionando e articulando uns aos outros e elaborando nossos

³ Originalmente lançado em espanhol em 1987, como parte do livro *“Borderlands/La Frontera: the new mestiza”*

⁴ Conceito melhor elaborado abaixo no texto



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

alinhamentos teóricos e possíveis críticas às suas utilizações. Posteriormente, demonstramos como a construção de marcadores sociais - como raça, classe, gênero e nacionalidade - e das fronteiras que os demarcam, estão intimamente ligadas ao estabelecimento de opressões e ao cerceamento de experiências.

Trabalhamos, em seguida, acerca dos lugares sociais que bagunçam as fronteiras. Tanto aqueles que são interceptados por mais de um marcador social, quanto aqueles que fogem a lógica de classificação (binária). Da mesma forma, a metáfora do trânsito, da viagem ou do deslocamento, auxiliam a embaralhar a lógica que constitui fronteiras, na medida em que confunde interno e externo e as lógicas de inteligibilidade que dão sentido a elas. Por fim, encerramos com um apelo e uma possibilidade de enxergar o futuro; um mundo sem desigualdades é um mundo no qual as fronteiras não demarcam os corpos, espaços e delimitam experiências de maneira hierarquizada.

Cabe ainda apontar que este texto é escrito por duas pesquisadoras negras que se encontram na dimensão do trânsito entre inserções de marcadores sociais e que esta dimensão é elucidada ao longo do corpo do texto. O presente apontamento não se trata de sinalização, mas de compreender como estes marcadores permeiam os interesses de pesquisas (Figueiredo, 2020).

Entre identidades, fronteiras e trânsitos

O poema *Viver en La frontera* da intelectual Glória Evangelina Anzaldúa, nascida nas fronteiras entre Estados Unidos e México, assim como em sua obra e trajetória de vida, demarca a experiência daqueles que vivem nas margens. Nas margens do estado-nação, do gênero, da etnicidade. Anzaldúa corporifica e traduz seu lugar fronteiriço, tanto na experiência de ser interceptada pelo muro construído entre as fronteiras nacionais, quanto pelos muros simbólicos que a relegam ao (não) lugar de ser uma *Outsider Within*⁵, como anunciada por Collins (2016).

A escolha da utilização de seu poema como inspiração para a elaboração do texto em tela, se dá devido às possibilidades de diálogo entre os conceitos que nos propomos

⁵ Em tradução para o português, temos tradução semelhante à “forasteira de dentro”.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

analisar, bem como os marcadores sociais que destacamos. Marcadores estes, cujas fronteiras impactam profundamente a organização de sociedades, a demarcação de corpos e lugares e, conseqüentemente, a construção de identidades sociais.

Compreendemos fronteiras como formas de categorização, distinção e por fim capilarização de grupos populacionais, práticas e espaços. Michèle Lamont & Virág Molnár (2002), realizam um importante exercício de retomada da forma com que a ideia de fronteira se faz presente no campo das Ciências Sociais, em especial na Sociologia, desde suas gêneses. Ressaltando como as fronteiras se apresentam nos estudos sobre diferenças sociais e, posteriormente, desigualdades sociais. Aqui enfatizamos as fronteiras cujas demarcação são realizadas de maneiras desiguais e hierárquicas, sendo elas gênero, raça, sexualidade e nacionalidade.⁶

Já em relação às identidades que, dentre outros processos, também são construídas através de fronteiras, ressaltamos a perspectiva teórica proposta por Stuart Hall. Em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), o sociólogo inicia a obra apresentando o que poderia ser considerado uma crise das identidades, ou pelo menos, das identidades unitárias, imutáveis. Para o autor, as identidades se tornam fragmentadas na pós-modernidade, descentralizando o sujeito uno essencial do iluminismo. Nesta direção, as mudanças em relação às noções de raça, classe, gênero, sexualidade e nacionalidade modificaram também a forma de conceber as identidades, isto é, não de maneira essencialista, mas como ambíguas, contraditórias, multifacetadas. É nesse sentido que compreendemos a identidade no presente trabalho, não como algo fixo, mas fragmentado e, sobretudo, em deslocamento.

Não há sujeito que não seja parcial e inacabado. É também isso que aponta Donna Haraway em *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial* (1995), quando aciona a importância de posicionar-se, como forma de, a partir de uma perspectiva parcial, construir a objetividade do conhecimento. A

⁶ Classe tem sido o marcador social *per se* no estudo das diferenças e desigualdades nas Ciências Sociais, com vasta literatura tanto clássica quanto contemporânea. No entanto, não nos atemos à classe no presente trabalho, devido a limitação dos objetivos do presente trabalho e das possibilidades de articulação dos conceitos aqui explorados.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

autora, centraliza a epistemologia e a política feminista e aponta que a construção dessa objetividade parte de um um corpo, incompleto, parcial, na conexão e do diálogo entre essas diferentes posições.

Desse modo, é na incompletude que se estabelece um diálogo. A objetividade para Haraway parte de um local particular, e esse lugar é fragmentado, mas o mais importante, é transitório e contextual. De maneira similar, Judith Butler em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2020) argumenta que é mais interessante pensar diferentes identidades na articulação de uma coalizão, ao invés de tentar alcançar uma unidade sob a categoria “mulher”. Isso porque a incompletude abre um espaço fora do ideal normativo. Para isso, a autora propõe uma coalizão aberta, aberta para as contradições, discordâncias, fragmentações sem se ater tanto à unidade, algo que o trânsito e os deslocamentos nos ajudam a pensar.

No presente ensaio acionamos o conceito de trânsito, tanto enquanto fluxos físicos, mas principalmente como importância metáfora para descrever deslocamentos que tem como característica a ruptura com as diferentes formas de fronteiras estabelecidas pelos marcadores sociais da diferença. O conceito, assim como o conceito de fronteiras vêm sendo, não apenas amplamente utilizado nas Ciências Sociais, como também disputado. É isso que demonstra Stuart Rockfeller (2011), ao retomar criticamente a utilização emergente e indiscriminada do conceito nos últimos 30 anos. Nossa apropriação teórica dos trânsitos, tendo isso em vista, dialoga com a literatura sobre possibilidades de resistência e insurgência contra desigualdades sociais, como será visto mais a frente.

A matriz interseccional de opressão e a construção de fronteiras

Não é possível pensar o estabelecimento de opressões de maneiras isoladas umas das outras, não porque operam da mesma maneira, mas porque partem de uma mesma forma de organização do mundo, isto é, dicotômica e hierarquizada. Não obstante, como nos aponta Audre Lorde (2020), não existem hierarquias de opressão. Isto posto, pensamos o estabelecimento de fronteiras de raça, gênero, sexualidade e nacionalidade,



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

não de maneira totalitária, mas como um entre outros marcadores que constituem identidades a partir de determinadas formas entrecruzadas de opressões. Nesta perspectiva, não pretendemos abarcar todas as experiências que se constituem permeadas pelas múltiplas fronteiras instituídas, mas delimitar algumas experiências que se constituem dentro e fora das fronteiras normativas do gênero e da sexualidade, do Estado-Nação e das experiências dos povos racializados no processo da diáspora.

Sob esta perspectiva, Patricia Hill Collins (2019) encara as múltiplas formas de opressão, como opressões interseccionais. Sendo assim, opressões de raça, gênero, classe, sexualidade e nacionalidade, religiosidade e etnia, atuam de maneira conjunta. As opressões interseccionais se originam e se desenvolvem no que a autora denomina de matriz de dominação, isto é, a organização social geral das opressões interseccionais. Collins (2019) predispõe essa análise para pensar a posicionalidade de mulheres negras, que por sua vez, estão frente ao menos uma ou duas opressões que se intersectam, por serem mulheres e negras. No entanto, a matriz é ferramenta importante para pensar a estruturação de diferentes formas interseccionais de opressão, para além de gênero e raça.

Nesse sentido, as fronteiras estabelecidas pelas diferentes formas de dominação partem de uma mesma matriz e, concomitantemente às identidades, sendo elas legitimadas ou não, também emergem das opressões e suas dinâmicas de classificação social que lhe são base. Ou seja, embora os marcadores abordados no artigo se articulem de diferentes formas, a matriz que se originam é a mesma, o que permite pensar como o trânsito, nas dinâmicas de raça, gênero e nacionalidade, pode se apresentar como uma possibilidade de ruptura à essa matriz global das opressões.

Pensando em termos da construção das fronteiras e identidades nacionais, novamente acionamos Stuart Hall (2006). O autor aponta que a construção das identidades nacionais são resultado da cultura nacional que, por sua vez, é compreendida como um modo de construir sentidos que organiza as ações dos indivíduos e suas concepções acerca de si. A cultura nacional é também derivada de estratégias discursivas que compõem o chamado pertencimento nacional. As limitações



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

dessas culturas ao proporem um pertencimento a um Estado-Nação não incorporam as dinâmicas coloniais que países colonizados passaram.

No caso brasileiro, a formação desta cultura nacional se deu através da negação do negro e do indígena no processo de construção do *ethos* nacional. Destarte, entrou em curso um projeto de apagamento das influências indígenas e negras na formação brasileira e, por isso, a delimitação de uma identidade nacional brasileira é limitante e suprime “entre lugares”⁷ não-brancos. Ou seja, o estabelecimento das fronteiras do Estado-Nação implicou em um apagamento em nome de uma homogeneidade construída sobre a ideia de uma identidade nacional. Ignorando, com isso, práticas, saberes, linguagens e dinâmicas culturais que aconteceram e ainda acontecem dentro e fora das fronteiras brasileiras.

Analogamente, Paul Gilroy em *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência* (2001) traz a importância de romper com as fronteiras do Estado-Nação para compreender as dinâmicas culturais resultantes da diáspora negra. Para o autor, não é possível pensar uma identidade negra ou uma manifestação cultural negra no singular, e sim pensar em termos das dinâmicas que não são coerentes e unificadas. Ou seja, é necessário romper com uma visão que determina uma correspondência entre as fronteiras da raça, da nação e da cultura.

Partindo de uma outra forma de estabelecimento de fronteiras, Judith Butler (2020) aponta para as práticas reguladoras que constituem as identidades. Neste sentido, num processo de produção de identidades de gênero, algumas se apresentam como inteligíveis, fazendo com que outras não possam existir, pelo menos não dentro da matriz de inteligibilidade. A inteligibilidade em Butler se dá através da tentativa de correspondência interna de determinadas fronteiras, precisamente, as fronteiras regulatórias de gênero, que se estabelecem discursivamente nos corpos.

Nesta mesma direção, em *História da sexualidade: A vontade de saber* (1980), Michel Foucault aborda o processo de transformação do sexo em discurso e a tentativa de criação de uma verdade sobre o sexo, uma forma de compreendê-lo como natural, que

⁷ Cabe salientar que o conceito de *entre lugares* aqui aplicado, não está relacionado à perspectiva que corrobora Homi Bhabha.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

se deu através de um discurso médico legal. O que se criou foi uma forma específica de compreender o sexo e transformá-lo em uma verdade que se capilarizou na forma de lidar com a sexualidade.

Apesar de o sexo sempre ser discursivo, os discursos sobre ele estabeleceram as fronteiras do que seriam as irregularidades e transgressões sexuais, mesmo que essas fronteiras não existam de maneira essencial, visto que em outros momentos da história haviam outras “verdades” sobre o sexo e outras formas de sexualidades foram problematizadas. Isso nos é interessante porque são propriamente as fronteiras estabelecidas no discurso médico legal que serviram como ponto de partida para determinar as sexualidades tidas como patológicas e as que não. Em diálogo, Fabíola Rohden (2008) faz uma retomada dos discursos médicos sobre a correlação entre órgãos genitais e perturbações mentais. O cerne dos estudos médicos se encontrava nos hormônios, que se tornam uma explicação biológica e patologizante de mulheres.

A raça também acaba sendo uma forma de classificação que se ancora em discursos de distinção e classificação social pautados em uma suposta inferioridade biológica de povos não brancos. Sendo o corpo o espaço de demarcação das fronteiras entre humano e não humano, civilizado e incivilizado (Fanon, 2008). Por fim, a raça surge como forma de distinção de uma fronteiras entre um “outro” em relação a um “eu”.

Em *Políticas da inimizade* (2017), Achille Mbembe traz a ideia de que somos sujeitos de fronteiras, na medida em que nos constituímos em relação a um outro. No entanto, em nosso tempo, esse outro se tornou radicalmente e mortalmente outro, um sujeito em que não apenas não há identificação possível, como a própria vida marca a diferença. Assim, na sociedade de inimizade a fronteiras não apenas se apresenta como forma de delimitar inclusão ou exclusão, mas corpos que são passíveis de morte e os que não são.

Ainda, Mbembe (2014) ao tratar sobre os mecanismos da raça e do racismo, elabora acerca da lógica de curral, isto é, o processo pelo qual a raça marca grupos sociais para controlá-los em determinados espaços geográficos delimitados, através o estabelecimento de fronteiras; sejam muros, estados ou prisões. O controle do



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

movimento envolve o controle e dominação desses corpos racializados. É de maneira análoga, que Angela Davis & Gina Dent (2003), em diálogo, elaboram acerca da prisão como uma fronteira, uma fronteira entre o mundo livre e o mundo fora das prisões, demarcadas e carceradas sobretudo através de marcadores como raça, gênero e nacionalidade.

Por fim, compreendemos neste trabalho, a colonização como a gênese do processo de institucionalização e capilarização no sistema mundo das fronteiras aqui abordadas. Sob a luz do ponto de vista de Aníbal Quijano (2009), a colonialidade compõe o padrão mundial do poder capitalista. A colonialidade passa a se sustentar a partir de uma classificação racial/étnica da população do mundo a partir do eurocentrismo.

Neste sentido, a raça branca é colocada como superior e todas as demais, estas são realocadas como não-brancas e logo inferiores. A colonialidade delimita todas as demais raças a condição de *Outroridade* (Kilomba, 2019). Nessa diretriz, a colonialidade engendra fronteiras que trazem consigo perspectivas binárias, que classificam como Outro qualquer ótica que não seja oriunda do eixo europeu. A perspectiva de Outro, incorpora aquilo com que o branco não quer parecer, segundo Grada Kilomba (2019).

Ao delinear uma raça como superior, essa perspectiva engendra binarismos diversos, entre eles racional e irracional, humano e não humano, entre outros. Com isso, a colonialidade e, à vista disso, a modernidade, coloca em curso o estabelecimento do arraigamento das fronteiras aqui exploradas. Permeando as relações sociais e instaurando hierarquias sociais que atuam com face classificatória em diferentes marcadores sociais.

Deslocando as fronteiras

A categoria analítica e metodológica de interseccionalidade nesse ensaio, nos dá luz sobre uma forma de tensionar, a partir de lugares entrecruzados, determinadas fronteiras estabelecidas pelos marcadores sociais da diferença. Ao ser compreendida enquanto uma lente ou paradigma, conforme aponta Collins (2019), a



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação/opressão. Consolida-se como uma ferramenta dinâmica, que consegue se articular com formas diversas de analisar lugares sociais.

O uso de lentes monofocais, como trazem Collins & Bilge (2021), ocultaram o lugar multi situado que mulheres negras ocupam. Embora a ferramenta da encruzilhada venha a ser denominada interseccionalidade no fim da década de 1980 pela pensadora do Direito, Kimberlè Crenshaw (2002; 2004), intelectuais como Lélia Gonzalez e Avtar Brah, Audre Lorde, entre outras, já pensavam como nós, mulheres negras, ocupamos um lugar multidimensional a partir de gênero e raça. Da mesma forma, as autoras demonstram como os movimentos sociais, de mulheres negras e chicanas⁸ sempre se atentaram para o nosso lugar social, tanto expostas ao racismo, sexismo como outras opressões que se entrecruzam (Collins, 2019; Bilge & Collins, 2021).

A interseccionalidade enquanto um paradigma que se transforma, de modo a dar conta de compreender as dinâmicas sociais do lugar fronteiro que alguns sujeitos ocupam a partir da raça, etnia, gênero, sexualidade, classe e nacionalidade, abre as fronteiras na medida em que, ao questionar identidades isoladas, desperta a possibilidade de compreender as experiências de formas múltiplas e transitórias. A interseccionalidade atua, como apontado por Carla Akotirene (2019), como uma encruzilhada, onde os encontros de marcadores diversos se incorporam de maneira fluída.

Ainda buscando traçar a fluidez de determinadas localizações, de maneira análoga à interseccionalidade, Gloria Anzaldúa (2005) introduz a multiplicidade de ser uma mulher chicana em contexto estadunidense. Ao perceber que não é possível manter ideias dentro de fronteiras rígidas e cristalizadas, a *mestiza* em Anzaldúa desenvolve tolerância à ambiguidade, quando exposta ao plano pluralístico que representa e é. Para a autora, a dualidade deve ser desmontada. As múltiplas faces que constituem a *mestiza*

⁸ Chicanas/os são uma parte importante da população latino-americana nos Estados Unidos. “Chicano” é o termo empregado para designar os cidadãos norte-americanos de origem mexicana.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

e nos constituem são dinâmicas e não podem orbitar em caráter simultâneo, não de modo exclusivo e excludente.

Paralelamente, mulheres negras têm tido um papel fundamental em tensionar marcadores antes vistos como universais. A perspectiva que se perpetuou e se constituiu sobre o significado de quem ou o quê seria mulher, pressupõe a brancura e um ideal de proteção por outrem, bem como incorporam a perspectiva da falácia da feminilidade. Os corpos de mulheres negras não foram conduzidos a serem compatíveis com a categoria mulher, uma vez que seus corpos nunca estiveram predispostos ao lugar do cuidado por outros, mas enquanto responsáveis por cuidar. Nesse sentido, os não lugares assim estabelecidos pelo machismo e sexismo foram tensionados por mulheres negras.

Uma dimensão que ratifica essa relação é a do trabalho. Mulheres negras nunca reivindicaram o ato de trabalhar, pois o trabalho sempre compreendeu um fato comum de suas vidas. O que se difere das discussões dominantes sobre a categoria universalizante de mulher e as relações de trabalho, o qual seria em tese exercido apenas no âmbito doméstico. Este é, por sua vez, uma cara discussão trazidas pelos feminismos negros ao longo de sua trajetória de ativismo. Nessa perspectiva, mulheres negras diluem fronteiras, demarcando que não são constituídas somente por um marcador social.

Não obstante, é preciso também romper com as fronteiras que permeiam o entendimento sobre ser mulher. Mulheres negras trans experienciam outras dinâmicas de existência que não se aplicam igualmente a mulheres cisgênero. As vivências de mulheres negras trans são permeadas pelo racismo e transfobia, as colocando por muito em um não lugar.

Paralelo a isto, Megg Rayara de Oliveira (2018) caracteriza o processo de invisibilização de travesti e/ou mulheres transexuais no cerne dos movimentos negros, que não incorporavam questões de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo que os movimentos LGBTQIAPN+⁹ ignoravam a posicionalidade de mulheres negras e trans, não inserindo suas pautas como fundamentais para a estruturação do movimento. A não

⁹ É uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

incorporação da interseccionalidade por parte dos movimentos é uma maneira de silenciamento das muitas formas de existir. Isto posto, observamos a insuficiência das fronteiras de abarcar existências múltiplas que atravessam as margens.

Há, ainda, outros corpos que tensionam as fronteiras estabelecidas. Butler (2018), aponta para a potencialidades dessas identidades que, ao não se conformarem as normas regulatórias, confrontam a coerência instituída entre sexo - gênero - desejo.

Analogamente, Anne Fausto-Sterling (2001), afirma que somente através de instrumentos cirúrgicos é possível fazer com que pessoas “intersexos”¹⁰ se enquadrem nas normas regulatórias do gênero. Para a autora, “[...] a fim de manter as divisões de gênero, precisamos controlar aqueles corpos que são tão refratários que chegam a apagar as fronteiras. Como os intersexos literalmente corporificam os dois sexos, contribuem para enfraquecer as afirmações sobre diferenças sexuais” (Fausto-Sterling, 2001, p. 27). Ou seja, o enquadramento de determinados corpos na divisão binarismo de gênero é utilizado como forma de manter as fronteiras fechadas e corpos regulados.

Paralelamente, para Paul Preciado (2014) os corpos assim denominados intersexos colocam em xeque as tecnologias de distribuição do sexo e da distinção corporal, uma vez que não estão inseridos, logo não correspondem a visão binária. Assim, apesar de muitos bebês intersexo passarem por intervenções corpóreas, seu local froteiriço em relação à lógica binária de distribuição sexual tensiosa a forma pela qual o corpo é criado e tensiona os aparatos essencialistas que outrora eram relacionados ao sexo.

Quando Haraway (1995) em *Saberes Localizados* aponta para como as experiências e a perspectiva de grupos subjugados têm potencialidade transformadora no mundo, nos interessa a retomada que a autora faz da importância do ponto de que partem os subalternizados na construção da objetividade, isto é, ao se constituírem pela negação, pela opressão abrem a possibilidade de rupturas com os eixos de dominação. É nesse sentido que esses lugares que fogem das normas e fronteiras estabelecidas pela

¹⁰ Descreve pessoas que não dispõe de características sexuais ou hormonais que estejam sob as características típicas e binárias do sexo feminino ou masculino.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

matriz de dominação desestabilizam a própria forma que com a fronteiras foi constituída.

A metáfora da passagem, do trânsito e da viagem

Em Brah (2006, p. 271), as “[...] identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais” e, assim, a identidade pode ser compreendida como “[...] uma multiplicidade relacional em constante mudança”, ao mesmo tempo em que pressupõe uma unidade sob a égide do “eu”.

Quando em *Cartografias de la diaspora* (2011), Brah aponta para as acusações de que pensar diferentes marcadores implica fragmentar e diluir fronteiras, compreendemos essa acusação como uma potencialidade. Diluir essas fronteiras a partir de diferentes marcadores sociais envolve questionar os pressupostos de criação destes “eus” e seu caráter universal e essencialista. Identidades fragmentadas são importantes para descentralizar o sujeito uno universal, nesse sentido como qualquer sujeito construído a partir dos discursos hegemônicos.

Repensar essas identidades significa repensar as práticas coletivas que constituem as identidades de grupos, incluindo os fluxos nos processos de articulação dessas identidades para, com isso, utilizá-las como ferramentas políticas múltiplas, não reificadas. Identidades são importantes para mobilizações coletivas, mas é propriamente a possibilidade de enxergar a diferença, a identidade como diferença, como agência política, como aponta a autora, que abre caminhos para uma transformação radical.

Quando a socióloga aponta sua experiência como mulher africana de origem indiana, sua constituição de identidade é uma construção que advém do trânsito, que é formulada e reformulada em seus processos de mudança. São exatamente os fluxos que constituem sua identidade, da mesma forma que a diáspora constitui os sujeitos e identidades coletivas. Fixar a identidade é ignorar o fluxo e determinar experiências e espaços, é ignorar a possibilidade de sujeitos que estão imersos a sistemas de opressão se transformarem para além de fronteiras construídas.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

Analogamente, a categoria político-cultural de *amefricanidade* proposta por Lélia Gonzalez (1988), aciona características cruciais para se pensar essa identidade trânsito, isto é, esse lugar fronteiro que pessoas negras em diáspora ocupam em relação a construção da identidade nacional brasileira que continuamente as apaga. A categoria retoma a influência negra e indígena, entrecruzando as experiências da diáspora e as dinâmicas anteriores já antes presentes no continente amefricano (Gonzalez, 1988).

Enquanto amefricanos experienciamos de uma cultura pluriversal que parte da sua transformação no continente americano e também da diáspora africana. O português falado no Brasil é na verdade, um *pretuguês*, formado a partir da influência africana e indígena. Bem como a presença cultural africana e indígena em diversas faces da cultura brasileira, apontam para a categoria de *amefricanidade*. A *amefricanidade* rompe com o ideal estático de fronteiras e *locus* identitários. Gonzalez, ao se ater à *amefricanidade* e tensionar a formação de uma identidade nacional brasileira, centraliza os fluxos e relações que constituíram a pluralidade cultural do Brasil sem, com isso, tentar unificá-la ou retificá-las, construindo a categoria através das dinâmicas que acontecem tanto dentro quanto fora do estado nacional, através da diáspora (Nicolau & Santos, 2022).

Em *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer* (2018), Guacira Louro se apropria da viagem e do deslocamento proporcionado por ela, para se pensar o processo de produção do gênero. Para a autora, a viagem modifica a própria forma de concepção do corpo, desobedecendo a continuidade e coerência entre sexo-gênero-desejo, tecida por Butler (2018). Neste sentido, os sujeitos fronteiros subvertem as normas reguladoras do gênero e da sexualidade ao mesmo tempo em que expõem a forma com que estas normas são estabelecidas, tensionando essas fronteiras. A autora, ainda, aciona a figura das *drags queens* como exemplo da transitoriedade, que se manifesta na paródia exorbitante da performance da feminilidade, cujo objetivo é tensionar a própria ideia que se pretende parodiar.

Por fim, Mbembe (2017) nos traz a ideia do *passante*, isto é, em um momento de vulnerabilidade crescente são diversas as esferas da vida ameaçadas pela ruptura, o que coloca a questão de que talvez não sejamos mais cidadãos de um lugar. É nesse sentido



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

que emerge a *ética do passante*, a possibilidade de não sermos sujeitos de origem, mas sujeitos do trânsito, da passagem, em suas próprias palavras, “[...] passar de um lugar para outro é também tecer com cada um deles uma dupla relação de solidariedade e de desprendimento” (Mbembe, 2017, p. 248). A essa experiência de presença e de diferença, de solidariedade e de desprendimento, mas nunca de indiferença, o autor chama de a *ética do passante*.

Sendo assim, é importante pensar uma nova linguagem para abrir espaço para a incompletude, fugir do essencialismo, da reificação de sujeitos e pensar as possibilidades de um futuro menos violento:

Cada fragmento desta linguagem terrestre está enraizado nos paradoxos do corpo, da carne, da pele e dos nervos. Para escapar à ameaça da fixação, de encarceramento e de estrangulamento, e à ameaça de dissociação e desmembramento, a linguagem e a escrita deverão sempre projectar-se para o infinito exterior, despir-se para soltar o vício que ameaça sufocar o seu corpo, submisso, de músculos, pulmões, coração, pescoço, fígado e baço, corpo desonrado, com várias incisões, corpo frágil, dividido, lutando contra si mesmo, feito de vários corpos que competem dentro do mesmo organismo por um lado, o corpo do ódio, terrível fardo, falso corpo de abjeção, esmagado com indignidade, e, por outro, o corpo originário, mas roubado por outros, em seguida, desfigurado e abominado, que devemos literalmente ressuscitar, num acto de verdadeira génese (Mbembe, 2017, p. 250).

O autor centraliza as dinâmicas de migração no mundo, no entanto, é possível utilizar a *ética do passante* para se pensar todas as identidades dissidentes que se constituem no trânsito. Talvez seja, portanto, o momento de romper as fronteiras para que os corpos que se constituem no movimento possam existir plenamente. Abolir as fronteiras do Estado-Nação para que a cidadania não seja fragmentada ou negada para determinados corpos.

É necessário romper as fronteiras do gênero para que as identidades que não se conformem às normas regulatórias e que possam se constituir sem as interdições que estipularam como um corpo deve se constituir, e para que esses corpos possam transitar sem o risco de serem violados e mortos. É preciso romper com as fronteiras que fazem da ideia de raça um marcador que implica em marginalização e muitas vezes marca um corpo alvo de um estado que mata.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

Retomando Mbembe (2017), o outro tem sido cada vez mais e radicalmente outro, e se a tendência por trás dessa cisão racial implica a morte. É preciso cada vez mais, romper com as fronteiras que não apenas delimitam espaços, corpos, políticas e identidades, mas a possibilidade de vida e trânsito daqueles que não se enquadram nas normas violentas da matriz de opressão.

Considerações finais

Ao nos apegarmos a um caráter essencial e fixo de identidade, seja ela de gênero, raça ou nacionalidade, reiteramos a diferença como desigualdade e transformamos sujeitos em objetos. Pensar em termos de fraturas, rupturas e descontinuidades, abre possibilidade para que experiências diversas possam existir. As fronteiras estabelecem aquilo que está dentro e fora. Ao deslocarmos, diluirmos e tensionarmos as fronteiras, aquilo que é compreendido quanto dentro e fora se confunde, abrindo possibilidades para viver para além das normas e romper com os lugares marginalizados.

Fixar a identidade é ignorar os fluxos e determinar experiências e espaços, é ignorar a possibilidade de sujeitos que estão imersos a sistemas de opressão se transformarem para além de fronteiras construídas. A transitoriedade pode ser uma forma de enxergar o futuro, uma alternativa para conseguir captar a dinamicidade dos “entre lugares” que se apresentam de maneira não estática. O trânsito se apresenta, portanto, quanto estratégia de resistência, de usurpar barreiras e apreender espaços múltiplos de se estar.

Importante retomar aqui o alerta feito pelo antropólogo Ulf Hannerz (1997) ao abordar acerca dos fluxos, das fronteiras e dos híbridos como palavras chave nas Ciências Sociais nas últimas décadas. Para o autor, o uso indiscriminado do termo fluxo faz parecer que processos culturais e sociais são simples. Nos apropriamos criticamente do seu alerta no presente trabalho; utilizar a metáfora do trânsito não implica afirmar que esses deslocamentos são simples ou harmoniosos. Muito pelo contrário, a dissidência foi e ainda é reprimida violentamente. Mas não foi a adequação e aceitação à matriz de opressão que garantiu a conquista de direitos. Foi propriamente o conflito, a



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

dissidência, o trânsito, os corpos e práticas que bagunçam o interno e o externo que construíram e ainda constroem a possibilidade de um horizonte livre de desigualdades e opressões.

A poesia de Gloria Anzaldúa que inaugura, também encerra esse texto. Se há uma possibilidade de vida nas fronteiras, uma vida não seja interceptada pela violência, pela morte e pela constante desumanização, essa vida só será possível em um mundo sem fronteiras.

Para sobrevivir en la Frontera
debes vivir sin fronteras
ser un cruce de caminos
Gloria Anzaldúa, 1987.

Referências

Anzaldúa, Glória. La conciencia de la mestiza a conciencia de la mestiza a conciencia de la mestiza/Rumo a una nueva conciencia. **Estudios Feministas**, v. 13, n. 3, p. 320, 2005.

Anzaldúa, Gloria. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

Brah, Avtar. **Cartografías de la diáspora**. Identidades en cuestión. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

Brah, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.

Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

Collins, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 1, n. 1, p. 99-127, 2016.

Collins, Patricia Hill & Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

Collins, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

Crenshaw, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In: Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, n. 171, 2002.

Davis, Angela & Dent, Gina. A prisão como fronteiras: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista Estudos Feministas**, 2003.

Fanon, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

Fausto-Sterling, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, 2001.

Foucault, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Graal, 1980.

Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. (1988) *In*: Rios, Flávia & Lima, Márcia. (org.) **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. - Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

Gilroy, Paul, **O Atlântico: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

Hannerz, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia. **Mana v. 3**, n. 1, p. 7-39, 1997.

Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

Lilomba, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Louro, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. São Paulo: Autêntica, 2018.

Lorde, Audre. **Sou sua irmã: escritos reunidos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Mbembe, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

Mbembe, Achille.. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

Lamont, Michèle & Molnár, Virag. "The study of boundaries in the social sciences." *Annual review of sociology* 28.1 (2002): 167-195.



“Vivir en la Frontera”: a identidade como trânsito

Sofia Maria do Carmo Nicolau & Steffane Santos

Nicolau, S. M. C. & Santos, S. P. A categoria político cultural de amefricanidade como tensionamento afrodiásporico à identidade nacional brasileira. **Revista de Ciências do Estado**, v. 7, n. 1, p. 1–20, 2022.

Oliveira, Megg. Por que você não me abraça?: Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR**, v. 15, n. 28, p. 167 - 179, 2018.

Preciado, Paul B. **Manifiesto contrasexual**. São Paulo: Anagrama, 2016.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Buenos Aires, 2009.

Rohden, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde**, 2008.

Rockefeller, Stuart Alexander. “Flow”. **Current Anthropology**, v. 52, n. 4, 2011.